

## Ata n.º 25

### Reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (Ordinária)

No dia 09 de junho de 2015, pelas 15h00m, na sede da CIM Região de Coimbra, em Coimbra, reuniu o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra devidamente convocado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, João Albino Rainho Ataíde das Neves, ao abrigo da alínea c) do artigo 92.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### Aprovação de Atas

Discussão e aprovação da ata n.º 23, de 05 de maio de 2015

Discussão e aprovação da ata n.º 24, de 12 de maio de 2015

#### Período de Antes da Ordem do Dia

#### Ordem do Dia

1. Apresentação do *Audit* de mobilidade/ plano supramunicipal de mobilidade e transportes
2. Análise da fase de negociação da Candidatura ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial

#### 1. Informações

- 1.1. Critérios de Ordenamento da Rede de Cursos Profissionais para o ano letivo de 2015-2016 - ANQEP
- 1.2. Feira do Empreendedorismo, em Arganil
- 1.3. Participação na 25ª edição da EXPOFACIC, em Cantanhede

#### 2. Propostas

- 2.1. Certificação Legal de Contas da CIM Rc
  - 2.1.1. Parecer Vinculativo Prévio para Ajuste direto para aquisição de Serviços de Auditoria e Certificação das contas anuais do triénio 2015-2017 da CIM Rc
  - 2.1.2. Nomeação de Revisor Oficial de Contas 2015-2017
- 2.2. Empreendedorismo nas Escolas - programa 2015/2016

## 2.3. Regulamento de Concurso de Ideias para nome e logotipo da Solução Intermunicipal

### 3. Unidades Orgânicas

#### 3.1. Unidade de Coordenação Administrativa

##### 3.1.1. Contabilidade

###### 3.1.1.1. 5.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano

##### 3.1.2. Tesouraria

###### 3.1.2.1. Resumo Diário de Tesouraria

##### 3.1.3. Contratação Pública

###### 3.1.3.1. Concurso Público para celebração de Acordo Quadro para fornecimento de Combustíveis Rodoviários: CIMRC-AQ 01/15

###### 3.1.3.1.1. Abertura do Procedimento

###### 3.1.3.1.2. Aprovação das Peças do Procedimento

###### 3.1.3.1.1. Aprovação da composição do Júri do Procedimento

###### 3.1.3.2. Concurso Público para celebração de Acordo Quadro para fornecimento de Seguros: CIMRC-AQ 02/15

###### 3.1.3.2.1. Abertura do Procedimento

###### 3.1.3.2.2. Aprovação das Peças do Procedimento

###### 3.1.3.2.1. Aprovação da composição do Júri do Procedimento

###### 3.1.3.3. Concurso Público para celebração de Acordo Quadro para fornecimento de Serviços de Vigilância e Segurança: CIMRC-AQ 03/15

###### 3.1.3.3.1. Abertura do Procedimento

###### 3.1.3.3.2. Aprovação das Peças do Procedimento

###### 3.1.3.3.1. Aprovação da composição do Júri do Procedimento

##### 3.1.4 Recursos Humanos

###### 3.1.4.1. Procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho a termo resolutivo certo para a Unidade de Gestão de Fundos Comunitários

**3.1.4.2.** Procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho por mobilidade interna na categoria para a Unidade de Coordenação Administrativa

**3.1.4.3.** Mobilidade intercarreiras de Dina Maria de Frias Lopes

## **3.2. Unidade de Planeamento e Projetos**

**3.2.1.** Candidatura para apoio financeiro a projetos no âmbito do Despacho n.º 5119-B/2015, de 15 de maio

## **3.3. Unidade de Gestão de Fundos Comunitários**

**3.3.1.** Informação sobre alterações ao ITI após reunião do CI

**3.3.2.** Apreciação da Candidatura ao Pacto - formulário com anotações

---

À hora anunciada na convocatória, o Presidente do CI deu início à reunião, fazendo circular a lista de presenças para recolha das assinaturas dos presentes, que se junta como anexo número um à presente ata, tendo-se verificado a existência do *quorum* necessário.

Assim, registou-se que participaram na reunião:

Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Figueira da Foz, João Albino Rainho Ataíde das Neves;

Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Arganil, Ricardo Pereira Alves;

Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, José Carlos Alexandrino Mendes;

Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, João Carlos Vidaurre Pais de Moura;

Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Augusto Soares Machado;

Presidente da Câmara Municipal de Góis, Maria de Lurdes Castanheira;

Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Luís Miguel Correia Antunes;

Presidente da Câmara Municipal da Mealhada, Rui Manuel Leal Marqueiro;

Presidente da Câmara Municipal de Mira, Raul José Soares de Almeida;

Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, António Miguel Costa Baptista;  
Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Emílio Augusto Ferreira Torrão;  
Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, José Júlio Henriques Norte;  
Vice -Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Jorge Alves Custódio;  
Presidente da Câmara Municipal de Penacova, Humberto José Batista Oliveira;  
Presidente da Câmara Municipal de Penela, Luís Filipe da Silva Lourenço Matias;  
Presidente da Câmara Municipal de Soure, Mário Jorge Nunes;  
Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Mário Almeida Loureiro;  
Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, João Miguel Sousa Henriques.

---

Estiveram igualmente presentes na reunião o 1.º Secretário Executivo Intermunicipal, Jorge Manuel Teixeira Bento, o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Penacova, João Filipe Martins Azadinho Cordeiro, o Chefe de Gabinete de Apoio ao Investimento da Câmara Municipal de Coimbra, Jorge Miguel Marques de Brito, bem como a Secretária do Gabinete de Apoio à Vereação da Câmara Municipal de Soure, Teresa Margarida Vaz Pedrosa.

### **Aprovação de Atas**

#### **Discussão e aprovação da ata n.º 23, de 05 de maio de 2015**

#### **Discussão e aprovação da ata n.º 24, de 12 de maio de 2015**

O Presidente do CI colocou à discussão e aprovação das atas números 23 e 24, respetivamente de 05 e 12 de maio de 2015, não tendo sido suscitadas, pelos presentes, quaisquer correções às mesmas.

**Não havendo intervenções a registar, o Presidente do CI colocou as atas n.º 23 e n.º 24, respetivamente de 05 e 12 de maio de 2015, a votação tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.**

---

### **Período de Antes da Ordem do Dia**

#### **Mapa dos territórios de Baixa Densidade**

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Penela dizendo que existe um estudo que contém as características e as condições para que um município seja de baixa densidade, inclusive critérios de correção para municípios que ficavam em zonas de transição, tendo-se mostrado surpreendido ao ver que são integradas freguesias dentro de municípios que não são reconhecidamente de baixa densidade e opondo-se à sua integração.

Interveio a Presidente da Câmara Municipal de Góis subscrevendo a intervenção do Presidente de Penela pois considera que a matriz do que eram territórios de baixa densidade está desvirtuada.

O Presidente do CI solicita que fique registado que não fará sentido apontar uma freguesia de baixa densidade quando o concelho não está considerado nesse âmbito.

### **Reunião sobre novo Sistema Multimunicipal de Águas e Saneamento do Centro Litoral**

Tendo estado na reunião marcada pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e Energia tomou a palavra, o Presidente da Câmara Municipal de Penacova deu nota de que a reunião teve dois aspetos principais: o primeiro relacionado com o enfoque dado às Entidades Intermunicipais para que estas se pronunciem sobre a instalação dos membros dos órgãos sociais do centro litoral e o segundo com o futuro e a preocupação com os fundos comunitários e a necessidade de os municípios mais pequenos se articularem em termos de verticalização ou agregação.

O Presidente do CI entende que se deve estar representado nos órgãos sociais, mesmo que sob reserva.

### **O CI tomou conhecimento.**

---

### **Ordem do Dia**

#### **1. Apresentação do *Audit* de mobilidade/ plano supramunicipal de mobilidade e transportes**

O Presidente do CI convidou o Professor Álvaro Costa a apresentar o *audit* de mobilidade, tendo este feito uma apresentação exaustiva dos resultados obtidos com este estudo.

O Presidente do CI agradeceu a explicação dada e referiu que no estudo foram abordadas algumas questões pertinentes relacionadas com a linha do oeste, o ramal da Beira Alta e a linha da Beira.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra dizendo que estes trabalhos são importantes e úteis, mas deve haver tempo para a sua consulta e reflexão. Sobre o estudo de diagnóstico na área abrangida entende que este deverá consolidar e recolher informação de estudos realizados e aprovados anteriormente. Relativamente ao sistema de transporte de passageiros é referido no *audit* que

a CIM Região de Coimbra deve assumir as competências da autoridade de transporte, no que diz respeito à concessão de carreiras, serviço público e financiamento, e que para isso os municípios terão de delegar as suas competências na CIM. Para si este avanço é célere e precipitado, pois entende que são atribuições municipais. Quanto à observação feita à CP Transportes Urbanos de Coimbra, julga que a observação genérica é correta, porém o diagnóstico não evidencia nem as causas nem a estratégia é muito abstrata não permitindo vislumbrar a demonstração da viabilidade. Sobre o projeto Metro Mondego sugeriu a consulta a outros estudos já realizados de modo a compaginá-los neste plano.

Em relação aos Transportes suburbanos Rodoviários, há, a seu ver, uma grande simplificação, considerando que as ideias estão corretas mas a questão da intermodalidade e da integração tarifária não está equacionada.

No que concerne à questão da central rodoferroviária de mercadorias, ou *interfaces* de mercadorias, recordou que os Planos Diretores Municipais (PDM) definem a sua localização pelo que aconselha a que não se invente outra solução, porque ela irá tornar mais inexecutável aquilo que é preciso.

Interveio o Presidente da Câmara de Cantanhede dizendo comungar das preocupações evidenciadas pelo seu homólogo de Coimbra. Relativamente ao sistema do Metro Mondego entende que se deve olhar para a Região de Coimbra numa perspetiva integrada. Solicitou a todos os presentes uma reflexão sobre a questão de Alfaielos, recordando que a triplicação da via Pampilhosa – Alfaielos representava um investimento de 200 milhões de euros, segundo os técnicos da REFER que estão no terreno e que sabem a grande dificuldade que há na implementação dessa terceira via. Considera que “Lisboa gosta de dividir ou promover a divisão para reinar” e por essa razão a região na última década não andou para a frente. Reconhece o mérito da apresentação da proposta, porém para si o grande desafio é o mérito dos contributos que todos poderão dar numa visão integrada de toda uma região, que é a maior em termos de CIM, mas que tem desafios acrescidos porque tem uma diversidade diferente de território para território.

Tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal da Mealhada confirmando que não existe conexão absoluta entre o PDM da Mealhada e o PDM de Coimbra, no sentido de haver entre os dois municípios o tal terminal rodoferroviário que está previsto, deu nota que informou o Prof. Álvaro Costa que 70% dos terrenos necessários, do ponto de vista da Mealhada, já são municipais.

O Prof Álvaro Costa agradeceu os contributos apresentados dizendo necessitar desta reunião para perceber como será estruturada a primeira fase deste trabalho.

Nesta altura interveio o Presidente da Câmara Municipal de Soure dizendo que Alfarelos tem uma importância histórica em termos de ferrovia, a par com a Pampilhosa da Serra, e salientou que essa freguesia tem em marcha um investimento privado, que tem acolhimento municipal, que não ficou parado apesar da conjuntura política que o país atravessou e ainda atravessa. Aconselhou a leitura do estudo realizado pelo Centrolgis para se tentar perceber que este projeto de Alfarelos aproveita apenas duas linhas que se cruzam, sendo o único terminal que está neste momento a fazer transportes internacionais. Referiu ainda que não aceita que se retire este projeto de Alfarelos do plano de mobilidade, até porque considera que este município tem previstos tão poucos investimentos que retirar este será uma “atrocidade” e nesse caso deixará de ser solidário com os restantes municípios representados nesta CIM Região de Coimbra.

O Prof. Álvaro Costa, com base no que ouviu, propôs apontar no estudo as duas localizações: Alfarelos e Pampilhosa, a primeiro porque o projeto já está em andamento, a segunda devida à sua boa localização.

O Presidente do CI realçou que ninguém se manifestou contra Alfarelos, o que se está a fazer é tentar construir uma solução que não conflitua com a Pampilhosa sendo este um designio para quando for melhorada a linha da Beira alta.

De seguida o Prof. Álvaro Costa questionou o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra sobre a visão que tem do projeto Metro Mondego a fim de tentar perceber como condicionar tudo o resto.

O Presidente da Câmara Municipal de Coimbra respondeu que a operação Metro Mondego decorre há demasiado tempo e está demasiadamente estudada. Destacou que atualmente se assiste à tentativa da CCDRC de fazer apenas a linha do ramal da Lousã como Metro, a ligação Serpins apeadeiro Velho. Para si essa linha é naturalmente inexequível do ponto de vista da rentabilidade económica, mas é a tese reinante para o Centro a nível do governo. Garantiu que o Metro Mondego só tem o mínimo de rentabilidade económica se integrar as linhas urbanas em Coimbra, designadamente o acesso ao hospital, travessia do centro da cidade, etc. Deu também nota que foi acrescentada uma disponibilidade para a empresa Metro Mondego integrar os SMTUC, que têm *Know-how* e para não haver concorrência rodoviário e de metro, juntando as duas entidades numa empresa.

O Presidente do CI salientou que o documento em apreço deverá ser complementado com os estudos existentes, colocando de seguida duas questões, a primeira qual a metodologia a adotar, a segunda se este Plano Supramunicipal de Mobilidade e Transportes poderá ser útil para a elaboração dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

Tomou a palavra o Prof. Álvaro Costa dizendo que com esta conversa estratégica prevê entregar o documento daqui a um mês, ficaram identificados quais os problemas da região e já poderá apontar algumas soluções. Salientou que a diferença do *audit* e a preparação do plano é que este tem de ter participação pública, por isso foi comunicado ao IMT o que se estava a fazer, houve lugar a reuniões com as autarquias e com agentes económicos, considerou este um procedimento fundamental para a metodologia do plano e que agora irá passar-se à elaboração do plano.

### **O CI tomou conhecimento.**

---

#### **2. Análise da fase de negociação da Candidatura ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial**

O Secretário Executivo Intermunicipal informou que ainda não foi rececionada qualquer informação sobre a análise da candidatura feita ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Região de Coimbra. Deu nota que irá chegar uma proposta da Autoridade de Gestão, entre o dia 15 e 17 de junho, com uma atribuição de verbas ou montantes FEDER, por prioridade de investimento, e esse documento terá de ser analisado a fim de se preparar a fase de negociação. Sugeriu a marcação de uma reunião extraordinária para discutir esse assunto.

Referiu ter sido colocado no ITI um conjunto largo de investimentos, quer de património cultural, quer de equipamentos de saúde, em montantes muito significativos, chamando a atenção dos Srs. Presidentes para o facto da Administração Central estar a prever cofinanciamento municipal.

Disse tratar-se de matéria política que deve ser refletida.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra dando nota de uma reunião realizada no dia 12 de maio, promovida pela ANMP, na qual esteve presente o Senhor Primeiro Ministro e na qual se abordou o desenvolvimento e aprovação dos pactos.

Ainda no uso da palavra, referiu que o Governo Português obrigou-se pelo Acordo de Parceria Portugal 2020 a afetar 5% do FEDER às autoridades municipais e que, nessa reunião, ficou convencionado que o mapeamento resulta do acordo entre 3 partes: a Autoridade de Gestão, o organismo desconcentrado da respetiva área governamental e a CIM e sempre que haja obras ou operações da responsabilidade da Administração Central que integrem o mapeamento, a dotação disponível para a CIM sobe nesse valor. Referiu, ainda, que os serviços da Administração Central estão a pressionar as Entidades Intermunicipais, bem como os municípios, para que sejam estes a assumir a contrapartida nacional dos investimentos que competem à Administração Central, não condizendo com o acordo político consubstanciado na reunião.

Mostrou-se descontente ao saber que os mapeamentos apresentados pelos organismos desconcentrados da Administração Central estão a ser aprovados, afetando a quase totalidade das verbas a investimentos não municipais, dizendo ter sido referido na reunião que sem o acordo das entidades intermunicipais tais propostas não poderiam ser aprovadas.

O Presidente da Câmara Municipal de Arganil concorda com a opinião do seu homólogo de Coimbra e entende que se deve acordar junto do Governo um compromisso nos casos em que os investimentos que competem à Administração Central e que são assumidos pelos municípios, haja uma contrapartida nos montantes globais definidos. Referiu que não está cortada a possibilidade da Câmara Municipal de Coimbra, nem nenhum dos outros municípios de poder aceder a fundos comunitários no campo da cultura, explicando que o Plano Intermunicipal prevê dois programas, um é a programação em rede dos equipamentos culturais e o outro é a rede dinamização do património cultural. Explicou que foi solicitado a todos os municípios a indicação dos projetos que dão suporte ao desenvolvimento destes programas e todos fizeram chegar sugestões, Coimbra é o município que mais intenções de investimento apresentou, muitas viradas para a programação em rede, mas também para intervenções físicas. Ou seja, não está cortada a possibilidade de através do Plano Intermunicipal poder desenvolver intervenções quer no domínio cultural, quer no domínio natural, quer na valorização turística tendo por base a concretização do plano intermunicipal.

Relativamente à negociação, havendo este acordo entre a ANMP e o Governo, fará sentido acrescentar ou rever em alta os valores que estavam previstos para o Plano Intermunicipal.

Nesta altura ausentou-se da reunião o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

De seguida tomou a palavra o Presidente da Câmara Municipal da Lousã dizendo fazer suas as palavras do Presidente da Câmara de Coimbra relativamente à integração de investimentos de organismos do estado, nomeadamente organismos desconcentrados e assumindo que esses investimentos irão afetar a disponibilidade financeira para os municípios.

No que diz respeito à ITI à Modernização Administrativa, reconheceu a dificuldade do trabalho apresentado, parecendo-lhe que o objetivo a atingir parte de um pressuposto que não é a realidade geral dos municípios. Relativamente às questões de saúde e questões de inovação ligadas a serviços sustentáveis ou de saúde, disse que poderão existir outras situações importantes para este território e que terão esse carácter de inovação e que merecerão da parte da CIM ponderação relativamente a esse tipo de propostas que podem vir a ser concretizadas neste âmbito.

Prosseguiu a sua intervenção salientando a importância da área do abandono escolar e promoção do sucesso escolar, não só pela disponibilidade financeira que poderá daqui resultar, mas porque entende ser uma área que em termos de intervenção da CIM Região de Coimbra e com reflexos futuros poderá ser tida em maior consideração.

Finalizou a sua intervenção dizendo que o projeto Metro Mondego não pode ser encarado como uma questão isolada do conjunto de concelhos, mas uma situação integrada de transportes para esta região, especialmente no que diz respeito à questão ferroviária.

O Presidente do CI salientou que com a aprovação do plano se poderá tomar uma postura mais institucional.

### **Timor-Leste – Encontro “Melhorar a administração e afirmar a cidadania”**

O Presidente do CI deu nota da sua presença em Timor-Leste na IV Conferência Internacional sobre Descentralização Administrativa e Poder Local, salientou que foi estabelecido através da ANMP um acordo de parceria com Timor-Leste para implementar políticas de descentralização administrativa e desenvolvimento do poder local. Dado que a ANMP teve um contributo muito grande ao longo destes 13 anos com Timor-Leste, nomeadamente nas políticas locais e na colaboração para a instalação de um poder autárquico autónomo, entre outras, foi a mesma distinguida. O Presidente do CI como associado trouxe o troféu e entregando-o ao Presidente da ANMP que agradeceu o gesto.

**O CI tomou conhecimento.**

---

## **1. Informações**

### **1.1. Critérios de Ordenamento da Rede de Cursos Profissionais para o ano letivo de 2015-2016 – ANQEP**

Foi presente, para apreciação do CI, o ofício da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) de 26 de maio de 2015.

O Secretário Executivo Intermunicipal elucidou que a ANQEP faz uma seleção dos cursos que recomenda recordando que será celebrado um protocolo com esta entidade, visando que estes critérios de ordenamento da rede de cursos profissionais passem a ser feitos à escala NUT III pelas CIM.

**O CI tomou conhecimento.**

---

## 1.2. Feira do Empreendedorismo, em Arganil

O Secretário Executivo Intermunicipal informou que a Feira de Empreendedorismo e Inovação terá lugar nos dias 19 e 20 de junho, na Cerâmica Arganilense. Este evento pretende ser o evento final do projeto “Operação imaterial de promoção do empreendedorismo da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra” e dar a conhecer ao público em geral os resultados do trabalho desenvolvido ao longo dos cinco anos de implementação no terreno, pela CIM RC, pelos dezanove Gabinetes de Apoio ao Empreendedor (GAEs) e demais parceiros estratégicos.

Referiu que para o espaço de exposição, foram convidadas os parceiros estratégicos, a banca, empresas franchisadoras, empresas consultoras e empresas criadas com o apoio da Rede Regional de Apoio ao Empreendedorismo da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

O Presidente do CI registou com agrado os prémios que têm sido atribuídos à região, apelando à presença dos Srs. presidentes e dos autarcas, vereadores, técnicos para dar alguma visibilidade e prestígio a este evento que lhe parece bastante importante para a CIM Região de Coimbra.

### **O CI tomou conhecimento.**

---

## 1.3. Participação na 25ª edição da EXPOFACIC, em Cantanhede

O Secretário Executivo Intermunicipal deu conhecimento aos Srs. Presidentes que a CIM Região de Coimbra irá estar presente na 25.ª Edição da Expofacic, que se realizará entre os próximos dias 23 de julho e 2 de agosto. Informou também que os municípios irão ser contactados no objetivo da preparação de uma participação coesa, capaz de refletir a riqueza e heterogeneidade desta região, expressa pela diversidade dos seus recursos resultante da conjugação de vários territórios, singulares mas parceiros e complementares entre si. O Presidente do CI apelou à presença de todos os municípios.

Neste momento ausentaram-se os Presidentes das Câmaras Municipais de Mórtaqua e Tábua.

### **O CI tomou conhecimento.**

---

## 2. Propostas

### 2.1. Certificação Legal de Contas da CIM REGIÃO DE COIMBRA

**2.1.1. Parecer Vinculativo Prévio para Ajuste direto para aquisição de Serviços de Auditoria e Certificação das contas anuais do triénio 2015-2017 da CIM REGIÃO DE COIMBRA**

Foi presente a proposta n.º 9/2015 na qual se informa que carece de parecer prévio vinculativo do órgão executivo nos termos e segundo a tramitação regulada pela Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

**O CI deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e da portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, proceder à emissão de parecer vinculativo prévio à celebração de contrato de "Aquisição de Serviços de Auditoria e Certificação das contas anuais do triénio 2015-2017 da CIM Região de Coimbra - Procedimento 19/2015.**

---

**2.1.2. Nomeação de Revisor Oficial de Contas 2015-2017**

Foi presente a proposta n.º 8/2015 na qual se propõe a nomeação do revisor oficial de contas pelo órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas conforme disposto n.º 1 do artigo 77.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a Nomeação de Revisor Oficial de Contas para a prestação de serviços de auditoria externa, com emissão de certificação legal das contras para o triénio 2015-2017, à Sociedade de Revisores BDO & Associados, SROC Lda. pelo valor base de 13.500€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por três anos.**

**Esta deliberação deve ser submetida à Assembleia Intermunicipal.**

---

**2.2. Empreendedorismo nas Escolas - programa 2015/2016**

O Secretário Executivo Intermunicipal interveio dizendo que o Programa de empreendedorismo, desenvolvido há vários anos, termina em junho e por essa razão necessita de saber se é para continuar com o mesmo. Salientou que o ITI, ao contrário do que pensava inicialmente, não contempla o empreendedorismo, segundo informações da Prof.<sup>a</sup> Ana Abrunhosa está previsto o lançamento de um aviso no âmbito da PI 3.1 em que se poderão candidatar projetos de empreendedorismo. Desconhece a amplitude de um projeto que se possa vir a candidatar sem conhecer as regras, mas tem noção que há

uma componente ligada ao empreendedorismo nas escolas cujas probabilidades de não ser aprovada é muito baixa.

Mais aludiu, que o empreendedorismo nas escolas se começa a preparar agora, e caso não se comece já a trabalhar com os agrupamentos de escolas poderá haver prejuízo por parte dos alunos.

Solicitou aos Srs. Presidentes orientação política para saber se deve este projeto de empreendedorismo nas escolas ser renovado ou se se aguarda pela abertura do aviso.

O Presidente do CI entende que se deve dar continuidade ao projeto, pois o sucesso foi grande em termos nacionais e não lhe parece correto a CIM Região de Coimbra afastar-se nesta altura deixando os agrupamentos de escolas sem apoio.

**O CI deliberou, por unanimidade, continuar um Programa de Empreendedorismo nas Escolas.**

---

### **2.3. Regulamento de Concurso de Ideias para nome e logotipo da Solução Intermunicipal**

Foi presente a proposta de Regulamento de Concurso de Ideias para nome e logotipo da Solução Intermunicipal, documento que constará como anexo à presente ata.

O Secretário Executivo Intermunicipal disse que a CIM Região de Coimbra no âmbito do seu Programa de Modernização Administrativa, pretende levar a cabo um concurso de ideias para o nome e imagem da solução intermunicipal previsto nesse programa.

Acrescentou que para o efeito a CIM Região de Coimbra convida os alunos dos cursos de comunicação, marketing, multimédia, de escolas secundárias, profissionais, institutos politécnicos e universidades a participarem nos termos do presente regulamento.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de Regulamento de Concurso de Ideias para nome e logotipo da solução intermunicipal.**

---

## **3. Unidades Orgânicas**

### **3.1. Unidade de Coordenação Administrativa**

#### **3.1.1. Contabilidade**

##### **3.1.1.1. 5.ª Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano**

Foi presente para aprovação do CI, a proposta da 5.<sup>a</sup> alteração orçamental que surge em resultado de algumas correções emergentes a efetuar aos documentos previsionais iniciais, aprovados em dezembro de 2014 e decorrente da atividade crescente da CIM Região de Coimbra, tendo-se constatado a necessidade de se proceder à redistribuição de dotações entre algumas rubricas orçamentais, mantendo o valor da despesa global.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a 5.<sup>a</sup> Alteração Orçamental 2015.**

---

### **3.1.2. Tesouraria**

#### **3.1.2.1. Resumo Diário de Tesouraria**

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, que mostra, a esta data, um saldo bancário de 603.178, 66 € (seiscentos e três mil, cento e setenta e oito euros e sessenta e seis cêntimos) referente ao dia oito de junho de 2015, documento que constará como anexo à presente ata. Não houve qualquer pedido de intervenção ou de esclarecimentos relativo ao documento presente para apreciação.

**O CI tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria.**

---

### **3.1.3. Contratação Pública**

**3.1.3.1. Concurso Público para celebração de Acordo Quadro para fornecimento de Combustíveis Rodoviários: CIMRC-AQ 01/15**

#### **3.1.3.1.1. Abertura do Procedimento**

#### **3.1.3.1.2. Aprovação das Peças do Procedimento**

#### **3.1.3.1.1. Aprovação da composição do Júri do Procedimento**

Foi presente para aprovação do CI a informação n.º108/2015, na qual se propõe a abertura de concurso público para celebração de Acordo Quadro para fornecimento de combustíveis rodoviários

**Após apreciação o CI deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de concurso público com publicação no Diário da República e JOUE para celebração de Acordo Quadro para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários, ao abrigo do disposto nos artigos 34.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação; aprovar as peças do procedimento, assim como aprovar a composição dos membros do Júri do procedimento.**

---

### 3.1.3.2. Concurso Público para celebração de Acordo Quadro para fornecimento de Seguros: CIMRC-AQ 02/15

#### 3.1.3.2.1. Abertura do Procedimento

#### 3.1.3.2.2. Aprovação das Peças do Procedimento

##### 3.1.3.2.1. Aprovação da composição do Júri do Procedimento

Foi presente para aprovação do CI a informação n.º109/2015, na qual se propõe a abertura de concurso público para celebração de Acordo Quadro para fornecimento de seguros.

**Após apreciação o CI deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de concurso público com publicação no Diário da República e JOUE para celebração de Acordo Quadro para Fornecimento de Seguros, ao abrigo do disposto nos artigos 34º e seguintes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação; aprovar as peças do procedimento, bem como aprovar a composição dos membros do Júri do procedimento.**

---

### 3.1.3.3. Concurso Público para celebração de Acordo Quadro para fornecimento de Serviços de Vigilância e Segurança: CIMRC-AQ 03/15

#### 3.1.3.3.1. Abertura do Procedimento

#### 3.1.3.3.2. Aprovação das Peças do Procedimento

##### 3.1.3.3.1. Aprovação da composição do Júri do Procedimento

Foi presente para aprovação do CI a informação n.º110/2015, na qual se propõe a abertura de concurso público para celebração de Acordo Quadro para fornecimento de Serviços de Vigilância e Segurança.

**Após apreciação o CI deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de concurso público com publicação no Diário da República e JOUE para celebração de Acordo Quadro para Fornecimento de Vigilância e Segurança, ao abrigo do disposto nos artigos 34º e seguintes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação; aprovar as peças do procedimento, bem como aprovar a composição dos membros do Júri do procedimento.**

---

### 3.1.4 Recursos Humanos

#### 3.1.4.1. Procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho a termo resolutivo certo para a Unidade de Gestão de Fundos Comunitários

Relativamente a este procedimento concursal foi sugerido a sua retirada da ordem de trabalhos para melhor análise.

---

#### **3.1.4.2. Procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho por mobilidade interna na categoria para a Unidade de Coordenação Administrativa**

Foi presente o processo mencionado em epígrafe para que o CI autorize que se efetuem os procedimentos necessários para iniciar o recrutamento de um técnico superior em regime de mobilidade interna na categoria, para o exercício de funções na Unidade de Coordenação Administrativa da CIM Região de Coimbra.

**O CI deliberou, por unanimidade, autorizar que se efetuem os procedimentos necessários para iniciar o recrutamento de um técnico superior em regime de mobilidade interna na categoria, para o exercício de funções na Unidade de Coordenação Administrativa da CIM Região de Coimbra, nos termos do artigo 90.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.**

---

#### **3.1.4.3. Mobilidade intercarreiras de Dina Maria de Frias Lopes**

Foi presente a proposta n.º 10/2015 na qual se propõe a efetivação da mobilidade intercarreiras na CIM Região de Coimbra, da trabalhadora Dina Maria de Frias Lopes, atualmente posicionada na categoria/carreira de Assistente Técnica, para a categoria/carreira de Técnica superior, pelo período de 12 meses com efeitos a 01 de julho de 2015.

O Secretário Executivo Intermunicipal referiu que a trabalhadora Dina Frias, exerce funções de técnico Superior com grande sentido de responsabilidade, empenho e competência, possui as habilitações exigidas para esta categoria/carreira.

**O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a efetivação da mobilidade intercarreiras na CIM Região de Coimbra, da trabalhadora Dina Maria de Frias Lopes, atualmente posicionada na categoria/carreira de Assistente Técnica, para a categoria/carreira de Técnica superior, pelo período de 12 meses, com efeitos a 01 de julho de 2015.**

---

### **3.2. Unidade de Planeamento e Projetos**

### 3.2.1. Candidatura para apoio financeiro a projetos no âmbito do Despacho n.º 5119-B/2015, de 15 de maio

Foi presente a informação n.º 10\_UAG/2015 dando conta que foi publicado no passado dia 15 de maio, o despacho n.º 5119-B/2015, que veio proceder à abertura de concurso para entidades intermunicipais, associações de municípios de fins específicos e empresas intermunicipais, para apoio financeiro a projetos de integração e partilha de serviços ou competências dos municípios.

O Secretário Executivo Intermunicipal esclareceu que este despacho incentiva as Entidades Intermunicipais a apresentar projetos piloto para a partilha de serviços, acrescentou que foram solicitados contributos aos municípios e que o prazo de submissão de candidatura termina a 30 de junho de 2015.

O que se solicita aos Srs. Presidentes é que decidam se querem avançar e em caso afirmativo quais as áreas que recomendam.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal de Penela dizendo que se devia refletir bem sobre o assunto, dando como sugestão a entrega de contributos dos municípios até ao final da semana.

Após a partilha de algumas ideias pediu a palavra o Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho para dizer que independentemente da candidatura este é um desígnio que a CIM Região de Coimbra devia ter e que todos os municípios envolvidos se devem pronunciar sobre o interesse nesta partilha de serviços.

**O CI deliberou, por unanimidade, aceitar como modelo a auditoria interna e outras sugestões que possam ser apresentadas até ao fim de semana tendo este órgão mandatado o Presidente do CI e os Vice-Presidentes para sua apreciação.**

---

### 3.3. Unidade de Gestão de Fundos Comunitários

#### 3.3.1. Informação sobre alterações ao ITI após reunião do CI

#### 3.3.2. Apreciação da Candidatura ao Pacto - formulário com anotações

Atendendo à natureza dos pontos em análise e interligação dos mesmos, passou-se à sua análise conjunta.

Foi presente a informação do Secretário Executivo Intermunicipal datada de 09 de junho, tendo o mesmo elucidado que submetida a candidatura do ITI da Região de Coimbra ao Balcão Portugal 2020, com vista à aprovação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial para o Desenvolvimento e Coesão

Territorial da CIM Região de Coimbra. Deu-se conhecimento de alguns desenvolvimentos seguidos às deliberações do CI de 12 de maio e a informações de última hora da Autoridade de Gestão (AG) do PO centro 2020 e da Agência para o desenvolvimento e Coesão que levaram a algumas correções ao documento apreciado na reunião do CI de 12 de maio. Este documento constará como anexo à presente ata.

---

#### 4. Outros assuntos

Neste momento ausentaram-se o Presidente da Câmara Municipal da Lousã e o Vice-Presidente da Pampilhosa da Serra.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal da Mealhada dando nota que este município foi o único que reclamou da concentração da EGF. Informou ainda que foi notificado de que o processo vai seguir porque a alta autoridade da concorrência concordou com a concentração na EGF.

Antes de encerrar os trabalhos, o Presidente do CI propôs aos presentes que a ata e as deliberações desta reunião sejam aprovadas em minuta para que tenham a eficácia devida.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente do CI, deu por encerrados os trabalhos eram dezanove horas e vinte e cinco minutos.

De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente do CI, João Albino Rainho Ataíde das Neves e pela Assistente Técnica, Gisela Parreiral, que secretariou a reunião.

O Presidente do Conselho Intermunicipal

---

(João Albino Rainho Ataíde das Neves)

A Técnica que secretariou a reunião

---

(Gisela Parreiral)